



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1053/12	DATA: 10/07/2012
INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 11h50min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h26min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDA PESSOA – Deputada Estadual CE.  
DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO – Vice-Governador do Estado do Ceará.

SUMÁRIO: Audiência com o Vice-Governador do Estado do Ceará, Domingos Gomes de Aguiar Filho, para levar ao seu conhecimento o resultado da Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e das diligências realizadas no dia anterior.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada no gabinete do Governador do Estado do Ceará em Fortaleza – CE.  
Há expressões ininteligíveis.  
Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião.

Presentes o Deputado José Linhares; a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI; a Deputada Gorete Pereira, membro da CPI; a Deputada Estadual Fernanda Pessoa; e eu, Deputada Erika Kokay, que sou Presidenta desta CPI que investiga turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estamos, portanto, com o Vice-Governador Domingos Gomes de Aguiar Filho, que representa o Governador, que não pode nos receber por estar fora da cidade, fora do Estado.

Nós encaminhamos, inclusive para todas as Unidades da Federação, para os Chefes do Executivo, do Ministério Público e também do Poder Judiciário de cada uma das Unidades da Federação dados para que nós possamos fazer um mapeamento e elaborar um diagnóstico acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós não temos a intenção de apenas diagnosticar a inserção e a existência de redes dentro de cada localidade, de cada Estado, de cada Unidade da Federação. Nós também temos, na elaboração do diagnóstico, a preocupação de estarmos pontuando quais são os mecanismos que existem e que o Estado tem desenvolvido nas suas mais variadas esferas e leituras, na perspectiva de enfrentar a exploração e o turismo sexual de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, nós sempre perguntamos se há planos, que estão em curso, de enfrentamento. Os planos têm uma grande qualidade, porque eles trabalham com a intersetorialidade. Nós tivemos ontem uma audiência pública extremamente rica, até porque o Parlamento, tanto a Câmara Municipal quanto a Assembleia Legislativa já desenvolveram CPIs mais de uma vez. Um relatório extremamente rico nós recebemos ontem da última CPI da Câmara Municipal e já recebemos antes, encaminhado pela Assembleia Legislativa, porque nós também remetemos e solicitamos informações ao Poder Legislativo local, a todas as esferas — Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo.

Nós sabemos que o Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual, que carrega a intersetorialidade e, via de regra, dialoga com a sociedade civil,



possibilitando o controle social e a leitura de quem diretamente está vivenciando a situação de exploração sexual e comprometido com o seu enfrentamento, e a sociedade civil tem muita bagagem nesse sentido, o plano tende a concentrar isso. Nós sabemos que o plano está em reavaliação e que não temos um plano em curso. É muito importante que nós tenhamos esse plano. Eu gostaria inclusive que o senhor pudesse nos responder qual a perspectiva e qual o prazo que vocês calculam que seria necessário, ou que a sociedade teria, eu não digo só o Estado, para este plano.

O segundo aspecto é que crianças e adolescentes, para que possam ter os seus direitos respeitados e para que nós possamos interromper a situação de exploração sexual, que é muito violenta, porque representa uma discriminação de gênero, social, uma discriminação adultocêntrica, uma discriminação, via de regra, étnica também, é preciso que haja políticas públicas.

Para onde nós caminhar, vamos nos deparar com a necessidade de uma intervenção bastante vigorosa e bastante pronta do Poder Executivo. As políticas públicas dizem respeito ao Poder Executivo. Elas precisam estar no Orçamento. Nós já solicitamos ao representante da coordenadoria de crianças e adolescentes, que me parece estava ontem na audiência pública, o Prof. Joatan, se não me falha a memória, a previsão orçamentária. Como é que a criança e o adolescente estão no orçamento? Especificamente, com o recorte de enfrentamento da exploração sexual, como ela aparece no orçamento? Não apenas como aparece no orçamento, é importante que haja a previsão orçamentária, mas é importante que haja a execução orçamentária e que nós tenhamos a qualidade da política pública que foi efetivada através dessa execução orçamentária. Esse é um aspecto.

Outro aspecto diz respeito a duas preocupações que nós temos. Nós temos um aumento, por exemplo, de denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Ceará em quase 70%, pelo Disque 100. São 68 e alguma coisa. Então, a sociedade tem respondido com um nível de denúncias, o que significa, primeiro, que ela se sente responsável por crianças e adolescentes, ainda que não sejam pessoas diretamente afetivas e biologicamente ligadas a ela; segundo, que ela não naturaliza mais. Ela acha que é passível de denúncia.



Enfim, isso é muito bom. Mas, para além disso, nós precisamos ter uma política de atendimento a essas crianças e adolescentes, para que possam ressignificar as suas vidas, interromper a trajetória de exploração sexual e, segundo, um nível de responsabilização.

Nós vimos o comprometimento da equipe, da delegacia. Extremamente comprometida, uma equipe de muito valor, de muita qualidade, de muito comprometimento, de muita eficácia, extremamente competente. Entretanto, nós temos apenas 20 inspetores; nós só temos uma delegacia para 184 Municípios aqui no Estado; nós temos uma delegacia que não tem como funcionar durante todo o período, e ela funciona em horário de expediente — e a violação não espera o horário de expediente para acontecer, à noite. Então, ela só funciona no período de expediente e é deslocada para a Delegacia da Mulher durante o final de semana. Inclusive, a delegada estava, de forma absolutamente heroica, há mais de 24 horas sem dormir, porque estava numa diligência e prendeu uma pessoa que estava se utilizando de várias crianças e adolescentes com finalidade de exploração sexual.

Portanto, é o seguinte: se nós olharmos para a responsabilização, ela não depende só do Poder Judiciário, ela depende de que nós tenhamos estruturas policiais.

Ontem, nós tivemos a informação de que há uma defasagem no quantitativo de policiais, sejam policiais militares, sejam policiais civis, e uma insuficiência nas condições de funcionamento da delegacia, que carrega um corpo de funcionários dos melhores de todo o Brasil — dos melhores —, uma boa estrutura física inclusive, mas um contingente reduzido e condições... Enfim, é fazer de conta, porque uma delegacia não tem como atender de forma digna 184 Municípios. Não tem como, por melhor que sejam as pessoas que estão ali, que são muito boas e muito competentes.

Então, nós precisamos de uma estrutura de polícia adequada, para que nós possamos ter inquéritos com robustez, que não possam ser destruídos ou derrubados em um processo judicial, para que nós tenhamos a responsabilização, e as políticas de atendimento.

Portanto, o que nós queremos do senhor, primeiro, qual é a previsão — nós já sabemos que não há o plano, está em processo de atualização, digamos assim, de



reestruturação, reformatação —, qual é o prazo para que nós tenhamos esse plano? Qual é a destinação orçamentária? Como está isso na LDO? Como está isso no Orçamento? A previsão orçamentária para a execução?

Segundo, as estruturas que implicam na responsabilização dos culpados, particularmente as estruturas policiais e segurança pública, seja o número de delegacias e também o número de profissionais da Polícia Civil e da Polícia Militar e a política de atendimento. A política de atendimento significa: como é que isso está na saúde, como é que isso está na educação, como é que isso está na assistência social, que recorte específico se tem.

Nós vimos, por exemplo, que aqui tem uma coisa muito interessante, que é um projeto da Prefeitura, chamado Aquarela. Nós não temos mais o Sentinela, que é um projeto nacional, mas nós temos o projeto Aquarela, que é muito interessante, que é o Município mantendo um recorte, um atendimento especializado e o que existe de políticas aqui do próprio Estado.

Era isso.

Vou passar a palavra para a nossa Relatora para ela poder fazer as perguntas necessárias. A gente está sempre indo às Governadoras e aos Governadores, na perspectiva de que nós possamos ter algumas dessas informações. É possível que V.Exa. não possa disponibilizar para a Comissão ainda no dia de hoje, mas nós estabelecemos um prazo para que V.Exa. possa remeter à própria Comissão.

Só para fechar, a Governadora do Rio Grande do Norte nos recebeu também e pediu um prazo de 15 dias para disponibilizar essas informações. Ela não o fez. Nós vamos convocá-la, porque ela tem que prestar as informações que foram solicitadas. Ela se comprometeu, o prazo quem deu foi ela, não fomos nós. Ela disse: *“Em 15 dias, eu tenho todas as condições de chegar e apresentar para vocês, até menos que isso”*, foi o que ela falou, e simplesmente depois ela não nos respondeu. Então, nós vamos convocá-la para que ela possa ir à Comissão para poder fazer essas respostas.

Mas, aqui, nós queremos que V.Exa. indique qual é o prazo necessário para nos disponibilizar essas informações, para que nós possamos fazer esse mapeamento. Está certo?



Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Em primeiro lugar, eu quero agradecer a gentileza ao Vice-Governador de nos receber nesta manhã e também agradecer à nossa Deputada Gorete Pereira, ao nosso Deputado, Pe. Linhares, e também a nossa Deputada Estadual, que está presente conosco desde ontem nessas reuniões que nós estamos fazendo. A Fernanda tem sido, assim, o braço direito nosso lá na Assembleia Legislativa para poder realizar a nossa audiência.

Nós estamos trabalhando com diagnósticos. Nós estivemos no Rio Grande do Norte, estivemos na Paraíba e agora estamos aqui no Ceará. Nós visitamos ontem a 12ª Vara, estivemos com a Dra. Ilina. O que nós vimos lá é que tem uma limitação muito grande, apesar de ela estar fazendo um esforço muito grande, ela diz que ainda tem 2.347 processos em andamento, e está trabalhando num processo de virtualização. Ela trabalha com um defensor, um promotor e um diretor, que seria o secretário. Isso dificulta muito o trabalho que ela faz até na questão dos processos e das punições. Isso aí seria um outro caso também para ser visto.

Nós tivemos algumas denúncias de que se precisam fortalecer as políticas públicas em relação à criança e ao adolescente no Estado. Tivemos algumas referências muito boas em relação até aos diagnósticos que, no caso da DECECA, saem lá em 30 dias os laudos, nessa questão, porque em outros, na PEFOCE, a perícia forense, sai em 30 dias o laudo. Isso é muito bom, porque nos outros Estados demora de 1 a 2 anos. Então, isso é muito bom.

Então, a gente está trabalhando com esses diagnósticos que possibilitam a nossa CPI trabalhar no sentido de um todo, de fazer um desenho do Brasil e ver o que está dando certo e o que está dando errado. Aquilo que está sendo aplicado num Estado e que no outro não está, para a gente poder fazer uma avaliação e, de repente, saírem projetos para todo o Brasil.

E o que falou basicamente, tudo foi colocado pela nossa Presidente, mas eu queria só ressaltar que falta delegacia civil em cerca de 150 Municípios; também há falta de equipamentos; tem um déficit de profissionais; como eu falei, tem 135 Comarcas sem Defensorias. Está precisando de mais Defensorias Públicas.

Também a questão da única delegacia que faz atendimento à criança e ao adolescente, que precisa de maior infraestrutura. Foi um pedido que foi feito até pela



juíza e a delegada, apesar de essa delegacia ser uma das melhores que nós já visitamos nesses três Estados em que nós estivemos. É uma das melhores. Eu tiro até pelo Rio de Janeiro, que também a delegacia da criança e do adolescente não tem uma boa infraestrutura.

Então, nós queremos saber qual o seu comprometimento até na questão da prevenção, de campanhas de conscientização. Vem a Copa do Mundo. Nós precisamos saber o que o Governo do Estado está preparando, o que vocês já têm preparado, o que vocês pensam em fazer para também suprir essas demandas do déficit policial.

Hoje mesmo, ao abrir o jornal, tem três adolescentes mortos, e ontem também foi falado na audiência que isso é normal aqui no Ceará. Toda semana morrem de três a seis adolescentes. E também as campanhas de conscientização na questão do crack e o que vocês estão fazendo na questão também da educação, porque ontem cinco adolescentes foram detidos porque um abusador... Está aí em todos os jornais. Nós estivemos até com esses adolescentes. Havia um menino de 11 anos, uma menina de 12, outra de 13, uma de 17 anos. Cinco adolescentes fora da escola, entendeu?

Eu fiquei pensando. Eu até falei isso na audiência. Por que essas crianças estavam expostas à prostituição? Por que elas não estavam dentro da escola? Então, qual é o plano de vocês? Se vocês tem um plano, o que é que vocês estão fazendo para que essas crianças estejam dentro da escola, ao invés de estarem na mão desses aliciadores? Então, qual é o trabalho que o Governo está pensando em fazer, ou está realizando e ainda não conseguiu chegar até lá?

Porque nós sabemos que cada vez mais os aliciadores da prostituição vão saindo das grandes capitais e vão para o interior, porque onde tem pobreza fica mais fácil explorar essas crianças. Onde a renda *per capita* é menor, o índice de exploração é maior.

Então, são estas as minhas considerações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Deputada Liliam.

Antes de passar para a Deputada Gorete, eu só queria também pontuar que nós temos três focos de atuação. Um deles são as grandes obras do PAC, não só



do PAC, mas as grandes obras; segundo são os grandes eventos, particularmente as Copas; e o terceiro são as fronteiras, as áreas de fronteiras.

No que diz respeito aqui a Fortaleza, nós temos a questão dos grandes eventos. Aqui é uma cidade turística, e, portanto, sobre os grandes eventos, nós estamos vendo como é que o Estado está se preparando para proteger as crianças e os adolescentes, para não haver um recrudescimento da violação de direitos — nós vimos, por exemplo, na África do Sul, um recrudescimento da violação de direitos — e, particularmente, o incremento do turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Então, gostaríamos também que o Estado pudesse fazer esse recorte. Em geral, as cidades criam grupos responsáveis e gestores responsáveis pela preparação para o processo e o acompanhamento da Copa. Que tivessem esse olhar também de proteção das crianças e adolescentes e de mecanismos para enfrentar a exploração sexual, o turismo sexual de crianças e adolescentes.

Eu passo a palavra agora para a Deputada Gorete Pereira, que é uma das autoras da iniciativa dessas diligências e da audiência pública realizada aqui no Estado do Ceará.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Obrigada, Presidente.

Também quero parabenizar aqui meu ex-colega, o Vice-Governador. Tudo o que vocês perguntarem ele vai saber responder, porque ele também tem uma esposa que foi Prefeita e Secretária agora, há pouco tempo, e que tem uma preocupação muito grande com isso no Município dela. Ela sempre tratou bastante disso.

Quase todas as perguntas já foram feitas. Eu quero dizer que o Ceará ficou em sexto lugar na classificação, no problema da infância e adolescência, da discriminação e no problema sexual. Da exploração e do abuso. E, por causa disso, é que a gente provocou também a CPI a vir para cá, mas, de qualquer forma, a gente tem tido um evolução muito boa em relação ao que já era no passado — foi o que eu disse ontem — e para o que está existindo agora.

Só que nós estamos tendo o maior problema hoje, Governador, no interior do Estado. As cidades como Crato, Juazeiro, Barbalha, são cidades grandes, turísticas. O turismo religioso de Juazeiro está trazendo, além de assassinatos demais de





mulheres, o problema da infância e adolescência, que está muito. E nós não temos uma vara, assim, especializada, que trate disso. Nós somos o único Estado do Brasil que tem uma vara, mas que trata de Fortaleza. A juíza, Dra. Ilna, trata só de Fortaleza.

Então, por causa disso, a gente está querendo também pegar sugestões para fazer proposições, depois da CPI, para ver se a gente faz em nível nacional, fazendo um trabalho maior desse na parte educacional, na parte do programa, porque nós sabemos que hoje as maiores obras, o PAC 1 e o PAC 2, estão chegando nesses Municípios com obras a partir de 10 milhões de reais. Agora, do asfalto, são 3 milhões do Ministério das Cidades. As obras de asfalto novo, agora no PAC 2, 3 milhões.

De qualquer maneira, requer uma quantidade de operários muito grande que as empresas geralmente levam de fora. Quando essas pessoas chegam a essas cidades, muda a rotina. Muda a rotina da cidade, como foi em Brejo dos Santos, na estrada que o DNIT foi. Lá, teve um aumento muito grande da prostituição de crianças e adolescentes por causa das obras do DNIT, porque foi uma quantidade muito grande de operários para lá. Eles trabalham durante o dia. À noite, eles estão livres.

Esse cara que teve o problema, para se ter ideia, em Fortaleza, que aliciou essas cinco crianças, veio de Maceió para o enterro da mãe! No outro dia, ele comemorou dessa forma. Então, por isso. Avaliem quem trabalha o dia todo e, de noite, está longe de família, longe de tudo? E tem que ter um cuidado.

Então, queria saber, só complementando, se o Governo do Estado tem algum programa já ligado para essa área em relação ao evento da Copa do Mundo, porque vai ser a mesma coisa aqui, e em relação a essas obras do PAC que estão chegando ao interior.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar, então, a palavra à Deputada Estadual Fernanda Pessoa, membro da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - Bom dia, nosso Governador, Domingos Filho, Deputados.



Eu faço parte da Comissão na Assembleia Legislativa como Vice-Presidente. Lá, conseguimos fazer a campanha Quem Cala Consente, que pôde abranger os 184 Municípios. Com isso, houve 6 mil multiplicadores. Quer dizer, foi uma campanha que digo vitoriosa, porque conseguiu abranger todos os Municípios do nosso Estado, mas ainda é pouco. Na Casa, já apresentamos vários projetos para novas DCECAs. Eu mesma já fiz para a Região Metropolitana, sugeri que fosse Maracanaú onde o Prefeito disponibilizou já um terreno. No momento, não obtive nenhuma resposta, já está com mais de um ano. E também sugeri outra para o Vale do Jaguaribe. Pedi para que também fosse para Juazeiro. Então, quer dizer, a gente não recebe resposta, sabe, Governador. E é um assunto realmente de grande importância. Enquanto isso, nossas crianças estão sendo violentadas, principalmente nos finais de semana e no finalzinho da tarde. Então, é importante.

As delegacias existentes hoje não são suficientes, pela quantidade de processos que estão aí parados. Não é por falta de trabalho, elas são eficientes, mas faltam pessoas. E também a questão dos Defensores Públicos que teriam como ajudar.

Então, era isso.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Fernanda.

Passo a palavra, então, ao nosso Deputado Padre...

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - Só para complementar uma coisa que esqueci.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pois não.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - A questão nas escolas, de um trabalho nas escolas, através, talvez, de uma nova disciplina. Também já fizemos essa nova sugestão. Então, acho que é através da educação que a gente tem que mudar, até a conscientização desses nossos jovens.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, passo a palavra a um dos autores da iniciativa dessa diligência de audiência pública, que é membro da CPI, com muita alegria para todos nós, o Deputado Padre Linhares.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Um bom dia coletivo a todos, agradecendo ao nosso Governador em exercício, pessoa, assim, muito sensível a toda a realidade social. Ele tem uma história longa, não tem uma história política de 24 horas. Acho que ele entrou na política com uns 6 anos de idade (*risos*), mas vejam como ele está jovem.

Mas o que realmente estamos levando aqui do Ceará são problemas que certamente estão aí bastante evidentes. No entanto, nós descobrimos que o pessoal que está trabalhando está trabalhando com muito amor. Fiquei edificado com aquela nossa Delegada Ivana Timbó dedicar-se 24 horas consecutivas e fazer-se presente, sempre com disponibilidade, sem mostrar cansaço, sem se dizer enfadada com o trabalho. Eu também fiquei muito impressionado com aquela nossa Juíza, a da 12ª Vara. Senti que é uma pessoa transparente, correta e, sobretudo, ela não tem contemplação, ela não contempla o crime de uma maneira para deixar para depois. Vocês viram que agilidade. Apesar dos 2.347 processos, ela está diuturnamente trabalhando e está dando agilidade a esses processos.

Outro aspecto que achei, assim, muito edificante foi o do Maximiliano. Porque estamos hoje aqui, aqui é o que se chama (*ininteligível*), e vimos que, talvez, no Brasil poucos sejam os Estados que tenham um DNA para ser apurado com tanta velocidade. A maioria dos crimes, como ele frisou ontem, não podemos chegar a constatá-los ou levar inquéritos à frente a não ser que haja provas. E as provas contundentes hoje são provas, digamos, científicas, e essas provas científicas o Ceará já as dispõe.

Naturalmente nós temos três problemas que reputo muito graves. Ontem, a nossa Relatora recebeu algumas informações desagradáveis. Por exemplo, aquele problema de Milagres. Foi terrível aquele problema de Milagres. Nosso companheiro, que foi Deputado Estadual também, Mário Mamede, fez uma descrição de algo, assim, monstruoso. Sinceramente, eu, cearense, não sabia que aquilo estava a acontecer no Ceará.

Também a nossa Liliam recebeu, durante aquela nossa audiência na Assembleia, denúncia de que ainda há voos *charters* chegando e já levando o *book*, para, chegando aqui já esse aspecto. Eu pensei que isso já tivesse sido superado. Infelizmente, ainda parece que não foi superado, não é?



E vimos ainda algo assim muito sério, que é esse problema do infanticídio, a morte dessas crianças. A gente deveria se perguntar: O que é que está havendo? Por que estão matando essas crianças? Elas já sofrem tanto, elas são tão vitimizadas. Então, por quê?

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Milagres, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - É, Milagres. E agora eu soube, hoje pela manhã, que está começando a ser criado um processo no interior, onde estão matando crianças e tristemente cortam as mãos e colocam as mãos na própria vagina da criança. Coisa terrível, não é? Foi na cidade de Sobral.

Telefonei hoje para o Comandante: Comandante, me diga uma coisa: o que é que está acontecendo? São três casos consecutivos. Então, ele disse: *“Olha, nós estamos aqui surpresos, não temos ainda pista. Naturalmente aqui deve ter um psicopata no meio de tudo isso”*. No entanto, a Polícia tem de ter uma atuação rápida, porque se isso se espalha e se divulga, é muito triste.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - A criança tinha quantos anos, Padre?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Treze anos, não é? Quer dizer, é uma tristeza a gente receber notícia dessa natureza. Mas eu penso que, quando terminarmos, a gente tem sempre de olhar o aspecto negativo, naturalmente para melhorá-lo, e o aspecto positivo, para nos estimular. Acho que o Governador vai, com certeza, confortar-nos e dizer que tem projetos. Tenho certeza de que o Governador Cid Gomes tem projetos. Aqui o Governador e o Vice-Governador formam, chamaria, um corpo único: trabalham juntos. É raro isso dentro do Brasil, mas aqui no Ceará existe essa confluência de ideais, confluência de trabalho. Então, eu diria para ele que certamente ele terá alguma coisa nova a nos acrescentar.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu só queria, antes de passar a palavra, pontuar essa questão de Milagres.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Milagres, e essa outra foi em Sobral.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Essa é em Sobral, mas essa de Milagres é Hellosman Sampaio Lacerda, que é o Prefeito. E eu tive a



oportunidade de, hoje pela manhã, ler os documentos que recebi, e é um caso que já foi discutido no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, tem correspondência da própria Ministra. A CPI Mista, que aconteceu no Congresso, já pontuava esse problema. Ele foi condenado em 2007. Em 2007, foi condenado e, depois, bom, ainda está em liberdade. Mas também é realçado esse caso, que foi levantado pelo Padre Linhares e viu se o Estado tem conhecimento, como se posiciona, enfim.

É isso.

Passarei a palavra.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - Primeiro, queria agradecer, em nome do Governador Cid, em nome do Ceará, à presença da CPI aqui, Deputada Kokay, Deputada Liliam Sá, meus queridos conterrâneos e conterrâneas, minha querida Deputada Gorete, com quem tive o privilégio de representar os cearenses na Assembleia Legislativa, minha querida Deputada, que, ao entrar, eu estava saindo da Assembleia Legislativa, e Padre Zé, que é essa luz que nos guia, é o maior decano da representação cearense na Câmara dos Deputados. Portanto, é um momento importante para o Ceará, que deu passos largos nesse sentido.

Primeiro, o Parlamento. O Parlamento cearense, tive a honra de ser o Presidente da Assembleia por duas vezes e, até antes de chegar à Assembleia e durante a minha permanência na Assembleia, de se instaurarem CPIs. E ainda hoje temos Deputados e ex-Deputados com a segurança do Estado em face de ter enfrentado isso. Para se ter ideia do quanto é cruel o assunto e do quanto necessita da proteção do Estado e das atitudes de Estado para enfrentamento.

Temos aqui o ex-Deputado Paulo Duarte, que, por sinal, é policial da Polícia Federal, foi Presidente e também Relator de uma CPI como essa, ainda hoje anda com segurança. Então, para se ter uma ideia do quanto isso é de enfrentamento, que tem de se ter coragem para ser feito.

Portanto, a nível de Parlamento estadual isso ocorre, de Parlamento municipal também. Então, isso dá conta de que a representação política do Estado já se preocupa com isso. Certamente, o esforço do Deputado Padre Zé Linhares e da Deputada Gorete Pereira em trazerem esta CPI para cá denota isso também.



Claro que isso é uma questão nacional, claro que isso é uma questão que se dá em todos os Estados, ora com mais intensidade, ora com menos intensidade.

Quero também cumprimentar os Secretários e as Secretárias da Câmara dos Deputados e da CPI que estão aqui presentes.

Parece coisa do destino eu estar hoje aqui representando o Governador para tratar sobre esse assunto. Digo que parece coisa do destino porque o Padre Zé Linhares e a Deputada Gorete já colocaram um pouco disso. Minha esposa, Patrícia, foi duas vezes Prefeita da minha terra, do Município de Tauá, um Município de 58 mil habitantes. Aliás, está voltando agora a ser candidata a Prefeita de lá novamente. E estava, até então, como Secretária de Turismo da Prefeitura de Fortaleza, desincompatibilizou-se agora para isso. E foi Vereadora do Município e Secretária de Assistência Social.

Meu filho, que é colega de vocês, é o Deputado mais jovem, Domingos Neto, que é o Presidente da Frente Nacional Parlamentar da Juventude, e é Presidente agora também da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, então, muito vocacionado para a vida pública e bem jovem, elegeu-se com 22 anos. Portanto, atua de perto nessa questão e tal.

O que foi dito aqui, evidente, é um conjunto de verdades, de verdades em que o poder público tem de atuar. Vou falar aqui um pouco, quando disse que parece coisa do destino é porque convivo com isso de perto em função dessas atuações. Aqui se falou em Maracanaú, aqui se falou em Juazeiro, aqui se falou no Crato, falou-se aqui no Sobral, Municípios acima de 100 mil habitantes. Essa experiência, a gente tem também lá de um Município de 50 mil habitantes. E se você lançar um olhar mais interiorizado, você vai ver que isso vai ter em Distritos de 3 mil habitantes.

Então, a questão desse conjunto que alia o desenvolvimento à vulnerabilidade das famílias faz com que, como a Deputada Gorete falou, chegue o desenvolvimento junto por um lado, quando você traz as grandes obras estruturantes e, ao mesmo tempo, amplie a vulnerabilidade daquelas famílias e, naturalmente, no espírito animalesco de um segmento da sociedade, que nem é tão pequeno, faz com que isso aconteça.

Quando digo mais uma vez que parece coisa do destino é porque também a minha cidade, por ação de sua Prefeita, fez com que lá fosse mídia nacional pela



prisão de um conjunto expressivo de membros, inclusive, da alta sociedade na exploração de crianças e adolescentes. Isso dá conta de mostrar, e, aí, parabênizo a ação da CPI, que só é possível diminuir sobremaneira essa chaga social se houver uma ação conjunta do Estado — e falo Estado em todos os órgãos e em todas as esferas — de uma política pública, que é isso que vocês estão colhendo, diagnósticos, para apresentarem certamente uma proposta para superar esses desafios. Se fosse um diagnóstico tão somente não haveria a necessidade de uma CPI.

O grande *plus* que ocorrerá no relatório que V.Exa. vai ter aí, não diria nem um privilégio, porque é extremamente dolorido fazer um relatório como esse, sobretudo, quando é uma mulher, a quem Deus deu o dom da maternidade, e sei que isso é muito mais sofrido para que vocês possam relatar isso. Mas, enfim, vão apresentar propostas que tenham de ter uma política nacional, uma política estadual, uma política municipal.

Fiz aqui um conjunto de observações. Vou iniciar por onde vocês terminaram. Vamos lá, iniciadas as grandes obras do problema de educação, do problema de saúde, drogas, déficit policial etc. e tal. Nós temos que ter a maior de todas as reformas que o Congresso tem que fazer. E estou falando aqui para Deputados, que fico, assim, muito mais à vontade para falar para Deputados, porque sou apaixonado pelo Parlamento. E ainda digo que, de todos os Poderes, o Poder mais aberto, o Poder mais exposto, o Poder mais legítimo é o Poder Legislativo.

Dizia sempre, como Presidente da Assembleia, que abri a Assembleia e conseguimos implantar aqui, vocês estiveram na Casa, e ali tem um pouco da estrutura que eu tive o privilégio de montar nesses últimos 4 anos em que fui Presidente da Assembleia. Lembro que era uma certa resistência que se tinha em abrir para a sociedade, porque alguns Deputados entendiam que, se nós somos representantes, então, por que nós tínhamos de abrir para o diálogo social. E eu mostrava que era o contrário. Quanto mais a gente abrisse para o diálogo social, quanto mais se dialogasse e se fortalecessem as Comissões Técnicas — a Deputada sabe do que estou falando, instalei, construí e abri todos os canais de televisão, instalei a rádio, abri para o Ceará como um todo, construí aquele complexo de Comissões Técnicas — para que, no diálogo social, a gente tivesse as



construções verdadeiras. E isso só foi possível pelo apoio muito forte do Governador Cid, que também foi Presidente da Assembleia e que tem essa visão arejada de abertura.

Então, como o Padre Zé colocou aqui, há uma relação muito próxima entre o Governador e o Vice. É verdade. Até porque eu sou um Vice escolhido pelo Governador. *(Risos.)* Saí candidato a Vice-Governador aqui à meia-noite do dia da Convenção. *(Risos.)* E o Governador me deu aqui a missão de presidir a Consocial, que é a Conferência da Transparência e do Controle da Sociedade. Então, inicio pela sociedade.

Não há possibilidade de avanços se você não tiver a participação da sociedade, a participação da família, a transparência das ações. É verdade, Deputado, que nós temos apenas uma delegacia, mas eu vou dar uma verdade aqui, que é uma verdade muito mais dolorosa. Quando nós assumimos, o Governador Cid assumiu o seu primeiro mandato, dos 184 Municípios que temos, apenas em 34 Municípios nós tínhamos delegacia. Esse dado que a senhora tem já é um dado atrasado. Cento e cinquenta Municípios não tinham. Na história do Ceará eram apenas 46 delegacias em 34 Municípios, porque naturalmente a capital tinha mais delegacias. O Governador Cid fez 50 delegacias, mais de que o Ceará tinha.

E, ainda assim, nós ainda temos uma demanda muito grande. Mas o Governador fez 50 delegacias. Foram mais de 100 novos delegados concursados que foram convocados e ainda temos uma demanda grande. É verdade. Eu estou dando conta aqui do que o nosso Governo fez, da implantação de Delegacia de Mulheres, da implantação de um programa chamado Ronda do Quarteirão, que é o maior programa de polícia comunitária do Brasil inovador, em que se tem aí, num raio de 5 quilômetros, a presença 24 horas de um programa de ação comunitária.

Evidente que às vezes as pessoas perguntam de programas específicos, como a Delegacia do Turista, de programa específico, como a presença marcante em parceria com os Municípios, por exemplo, de um problema que só nós temos no Brasil. Por sinal, foi até uma ideia minha enquanto Presidente da Assembleia para o Governador, chamado Pró-Cidadania. O que é isso? Aqui se falou no número baixo ainda de policiais, na carência de policiais. Quando o Governador assumiu este Governo, nós tínhamos 7 mil policiais. E, no Governo Cid Gomes, já foram





contratados 5 mil. *“Mas ainda é pouco.”* É verdade que ainda é pouco, mas, olha aqui, praticamente se dobrou esse número. Aqui não estão inclusos os agentes do Pró-Cidadania. O que é o Pró-Cidadania? É um programa de uma relação entre Municípios, abaixo de 50 mil habitantes, e o Estado. Como? O Estado fortalece os Municípios para que criem as suas próprias guardas e aí se faz um convênio de adesão em que o Município paga um agente, o Estado paga outro. O Estado dá todo o equipamento, toda a estrutura e o Município se compromete, num prazo de até 2 anos, fazer o concurso público e criar a sua própria guarda. Só aí nós temos mais de 6 mil homens que não estão inclusos aqui dentro da polícia. Por quê? Porque eles verdadeiramente são agentes provisórios, mas que já acertados para que todos os Municípios possam fazer concurso. Para se ter uma ideia, é uma espécie de guarda municipal numa parceria. Isso.

O que eu falei para o Governador? Governador, mesmo com a determinação que se tinha, e o primeiro Município que fez essa parceria foi a Prefeita da minha terra Tauá, Patrícia, que era a Prefeita, com o Governador. E ele disse: *“Os Municípios não vão aceitar isso.”* Eu disse: *Vamos fazer um projeto piloto em Tauá para ver se os Municípios não aceitam”* Claro que iam aceitar. E por que iam aceitar? Porque essa questão é uma questão de Estado. Estado não é Estado ente federado não. Estado Nação. Então, a partir do instante que falta policial lá no Município de Tauá, lá no Município de Sobral, quem é demandado imediatamente é o poder local: é o Vereador, é o Secretário, é o Prefeito. Concorda? Que chega lá: *“Ah, faltou o combustível porque o carro não tem combustível para fazer uma diligência.”* Quem é que dá? É o Município. Então, a partir do instante que o Estado topa ser parceiro, enquanto ele próprio consegue fazer os seus concursos...

Qual é o grande problema? Você não pode fazer um contrato e dizer o seguinte: *“Eu vou contratar amanhã 10 mil homens.”* Tá bom. Só o concurso pra você contratar esses 10 mil homens e o conjunto de recursos judiciais que se tem... Ora, para se ter uma ideia, no nosso primeiro concurso para duas mil vagas, foram 20 mil candidatos. Sabe quantos nós conseguimos nomear, ao final? 1.680. Não conseguimos chegar aos 2 mil. Aí você vai dizer: *“Por quê?”* Porque você tem um conjunto de critérios para entrar na polícia. A questão, por exemplo, da ficha corrida. Então, se você tinha problemas criminais, você não tinha como entrar. A questão



do... O concurso tem uma natureza de complexidade de provas físicas, de condicionamento físico.

O Governador criou aqui a melhor, disparadamente — desculpem um pouco a vaidade, mas se vocês quiserem podem visitar —, Academia de Polícia do Brasil. Ainda mais, feito no Governo Cid Gomes; o Governador criou uma Corregedoria específica como Secretaria; desmembrou-a. É o único caso também do País, inovador, desmembrou e criou uma Corregedoria para não ficar com aquelas denúncias que você recebia a cada tempo de que a Polícia era corporativista e, como corporativista, não penalizada. E aí você tem o maior número de todos os tempos de expulsão da Polícia. Por quê? Porque tem uma corregedoria independente, independente da Polícia, como uma secretaria específica.

Bom, evidente que isso ainda para o alcance do problema ainda é pouco, mas é uma política efetiva que o Estado tem nessa linha de segurança. Vamos para a educação, porque ela é transversal naturalmente.

A droga está em todo canto infelizmente. E aí nós temos coordenadoria específica para isso. Nós temos programas específicos para isso. Neste Estado, nós temos aqui — quem está dizendo não é o Vice-Governador não; é o MEC, o maior programa de escola profissional do Brasil — 184 Municípios e tínhamos 140 quando o Governador assumiu. Sabe quantas escolas de ensino profissionalizante estaduais nós tínhamos? Zero; nenhuma; nenhuma. Nós já inauguramos 96, e vamos chegar até 2014 com 140 escolas. De modo que cada... E por que não são 184? Porque nós temos pequeno Município, Deputado, que naturalmente essa escola tem uma demanda que o Município não suporta. Então, o que está se fazendo? Consórcio de Município. Exemplo, Serra de Baturité, área de boa representação da Deputada. Você tem Municípios de 4, 5 mil habitantes, que são vizinhos. Eles, Municípios, em consórcio, definem um canto ou uma cidade específica em que é feita uma escola profissional. Portanto, nós vamos ter aqui... nós seremos o único no Brasil que vai ter universalidade de educação profissional para jovens que, num primeiro momento... Eu não sei se o (*ininteligível*) estava aqui; se não, eu ia mostrar a vocês. Mas como vou mandar aqui alguns dados, vou aproveitar e vou mostrar os dados dessa escola e o equipamento o que é. Equipamento fantástico, fantástico, de ensino integral.



Então, esse é um ponto extraordinário de se abstrair, de retirar da rua e dar educação em tempo integral para a juventude. Mas não é só a juventude. Nós estamos falando de adolescentes, de jovens; nós estamos falando, pior, é de crianças, o que, há pouco, o Deputado fazia. Nesse Estado, o Governador, que foi Prefeito de Sobral, por duas vezes, e uma dessas... Nós temos uma história parecida. Nós perdemos juntos, eu e o Cid. O Cid foi candidato a Vice-Prefeito do Padre Zé aqui em Sobral, em 1988, e perdeu. E eu fui candidato da Vice-Prefeita da minha terra e perdi também. Parece coisa de destino. Depois nós fomos 2 Presidentes da Assembleia e tal. Tomara que o destino vá desse jeito mesmo, não é, Deputado? (*Risos.*) E aí o que é que ocorre? Ele tem, então, uma sensibilidade especial por isso, porque, quando se é Prefeito, conhece-se o assunto mais de perto. Eu não sei se algum de vocês aqui, mas ele é filho de um Prefeito. Então, se conhece o assunto mais de perto.

Eu falei aqui que a Patrícia, minha esposa, foi Vereadora e Secretária de Assistência Social de lá. Então, ainda hoje, quando ela volta dos bairros de Tauá ou aqui, de Fortaleza, ela volta arrasada, porque a vulnerabilidade social só sabe quem pisa o chão dos bairros pobres. A Vereadora de Fortaleza sabe disso e presta um extraordinário préstimo, extraordinário serviço aqui, com a ABCR. O Governador, então, o que é que fez? Chamou todos os Prefeitos no Ceará — todos os Prefeitos; não tem discriminação política —, e cria programas, programas, com o Prefeito. E criou o programa de quê? Do CEI (Centro de Educação Infantil), porque é o grande problema creche. Começa por aí. Você chega... A mãe não tem com quem deixar em casa. Vai ter que trabalhar, não tem com quem deixar.

Sabe o que o Governo Cid fez? Convocou todos os Municípios e disse o seguinte: *“Para cada creche que você fizer eu te dou outra. Para cada uma que você fizer eu te dou outra”*. Isso fez com que... Sabe quantas creches só o Governo do Estado está fazendo? Cento e cinquenta. Ora, se ele está fazendo 150 e a cada uma que você... significam 300 creches, fora as creches do Governo Federal — do Governo Federal —, o que significa dizer que Município que nem uma creche tinha... Hoje, os Municípios que aderem... É um processo de adesão, independente de partido. O Município faz a sua creche, o Estado dá outra. Como o Governo Federal tem um programa específico para isso também, então, nós vamos no mínimo triplicar



isso aí. Nós vamos ter, no mínimo, 450 creches no Estado do Ceará, quando você tinha muitos que não tinham nenhuma. O Município que se articula bem e que trabalha bem essas questões... Está certo?

Para dar o exemplo do Maracanaú, para dar o exemplo de Sobral e para não fugir e para dar o exemplo de Tauá, você já vai ter em cada distrito — em cada distrito — um Município com uma creche, ou seja, há demanda sendo atendida.

É lógico que esse é um programa que também diminui o assédio e que dá condições porque, nesse CEI, a criança não fica em casa só, a criança é atendida lá, com fisioterapeuta, com assistente social, enfim, com todo esse conjunto, com psicólogo. Isso é o que ocorre no Estado do Ceará. Saúde.

Mais uma vez o que estou dizendo aqui não é só fruto da ousadia do Governador Cid nem da nossa paixão com a causa pública. São fatos verdadeiros. Fatos verdadeiros. Os dados estão dizendo aí.

O Estado que tem o maior programa de atenção pública no Brasil chama-se Estado do Ceará. Atenção pública na saúde. você... Eu posso falar também da mesma coisa na assistência social, com os CRAS e com os CRES. São outros programas extraordinários para tirar, para diminuir a vulnerabilidade e, naturalmente, impedir o assédio.

Na saúde. Você tem a saúde básica, a atenção básica, que são os PSFs. Aqui, do mesmo jeito que o Governador faz com o CEI, faz com a unidade básica de saúde. A cada uma que o Município fizer ele dá outra. Cada uma. Então, o Município que tem, por exemplo, 10 PSFs. Ele tem 10 PSFs? Tem. Ele vai dizer o seguinte: *“Eu, Município, vou fazer por minha própria conta uma unidade básica de saúde. O Estado dá outra”*. Fará na linha de universalização.

Atenção secundária de saúde. A atenção primária é obrigação do Município. A atenção secundária também é obrigação compartilhada, Município e Estado, e a de alta complexidade é uma obrigação de Estado e União.

Eu iniciei dizendo aqui e terminei perdendo o raciocínio.

A principal reforma que se tem que ter no País é a reforma federativa. O grande problema que se tem... A Deputada tem uma ABCR aqui, que ela apoia e sabe que é uma verdade. O que é que acontece? De reabilitação. O que é que ocorre? Você chega hoje num Município, qualquer que seja ele, sobretudo os



menores Municípios, recebe pelo Programa Saúde da Família em torno de 12 mil reais e gasta 30. Então, municipalizam-se os programas e não se municipalizam os recursos! É a mesma história; o Estado fica nesse meio, nessa grande dificuldade.

Nós temos, portanto... Quando você vai falar na linha das políticas públicas de atenção, O.K. Essa política pública é obrigação do Município, sim, do Estado, sim. A União é só proponente. A União tem 60% dos recursos orçamentários e tributários, os Municípios ficam aí, em torno de 18 e o Estado, 22. Como é que essa conta fecha? Como é que essa conta fecha?

Bom, aí nós vamos exigir dos Estados que tenham — é verdade, é natural que tenham — delegacias, pelo menos nos eixos regionais, ok? Aí, nós vamos ter essas... Aí passa a ser impossível que os recursos orçamentários deem conta disso! Queremos um Estado ideal, mas onde os recursos estão para isso?

Aqui, o que o Governador fez? Atenção à saúde. Qual é o problema? Os Municípios recebem poucos recursos; o Estado está ajudando porque o Município não tem condição de pagar tudo só. Se vocês abrirem os jornais, o mesmo jornal que está lhe mostrando que um adolescente que foi assassinado, vai ver hoje em qualquer dos jornais: "*O Município de Aracoiaba contrata médico pagando 15 mil reais líquidos. Municípios tal, tal, tal.*" Só para pagar um médico de um PSF é mais do que o que o Município recebe, porque você não tem o profissional disponível, não tem um profissional disponível! Essa é uma questão geral, nacional. Não é só uma questão daqui.

Vou dar um exemplo: consegui com o Presidente da Assembleia fazer um convênio com Camagüey, lá em Cuba, para permitir que os cubanos, que têm o saúde da família como especialidade, pudessem vir para o Brasil. Wellington Landim e eu trouxemos cubanos para o Ceará. O que é que acontece? Houve uma audiência pública para debater aqui com o CRM. Sabe por quê? Porque o Conselho de Medicina não aceita que isso ocorra, ou seja, nem você tem um médico disponível e aquele que você tem... E há um pacto bilateral entre Cuba e o Brasil e aí ele não pode trazer para cá. Como é que pode isso? Aí eu lhe pergunto. Então, nem você tem... Esse, sim, que vai morar lá no distrito porque você não aceita que ele venha, e você não tem um médico disponível.



Mesmo assim, o Governo do Estado, além disso, criou o quê? As policlínicas. Qual é o problema? Atenção básica, você tem, mas, na atenção secundária, você não tem o exame especializado; tudo concentrado em Fortaleza. Há sete hospitais só em Fortaleza.

O Cariri da Deputada, aqui, está a 600 quilômetros de Fortaleza. Então, você imagina estar em Juazeiro do Norte ou em Brejo Santo, que está a 70 quilômetros além, que é vizinha a Milagres, e há essa mídia nacional terrível contra o nosso Estado... Aí, o que acontece? Você tinha que vir para cá.

O Governador criou nos polos regionais 22 policlínicas, só. O que é isso? Você vai ter lá 13 especialidades, Deputada. Em cada região do Estado, microrregião, você tem uma policlínica. Nessa policlínica, aquilo que você não tinha você vai ter — públicos —, os médicos especialistas para fazer as consultas previamente marcadas. O PSF vai lá e marca a consulta para o dia em que você vai ser consultado pelo médico especialista em hospitais regionais.

Lá em Cariri, tem um hospital que nenhum hospital público no País — estou falando no País —, nenhum hospital tem essa condição. O segundo vai ser inaugurado agora em Sobral, maior do que o outro. Para quê? Para a alta complexidade ser atendida lá, no interior do Ceará, e deixar de vir para Fortaleza, porque, se você chegar hoje aqui e pegar os nossos hospitais, mesmo sendo os maiores hospitais, você vai chegar lá e não tem como atender em urgência e emergência; por quê? Porque, como nós temos uma boa rede, atraímos o Nordeste todo.

O padre aqui sabe disso e conhece como ninguém, porque inaugurou isso a vida toda lá atrás, no Sobral, com a Santa Casa de lá. Vocês sabem que o Padre Zé, quando foi candidato a primeira vez, tirou voto demais, no Piauí e no Maranhão, sem ninguém saber o que ele é aqui. Ele se elegia Deputado nos outros dois Estados sem poder ser votado lá. Por quê? Pelo reflexo, pela irradiação do serviço dele na Santa Casa de Sobral para aonde iam pessoas dos outros Estados. Nós continuamos a fazer isto: atender os outros Estados.

Então, há realmente uma atuação muito forte do Governador com relação a essa questão: planos, projetos e grandes eventos.



Capacitações são... Aliás, hoje vai ter, às 5 horas da tarde, um grande evento da PEFOCE de capacitação, porque a PEFOCE, além de Fortaleza, o Governador está expandindo em todas as regiões do Estado. Então, no Cariri tem a PEFOCE, na Região Norte, que tem a PERFORCE; na região Centro-Sul, que tem a PERFORCE. E, para não ficar de fora, na região dos Inhamuns, lá em Tauá, também vai ter a PERFORCE. (*Risos.*) Além disso aqui, você tem os LACENs. São Laboratórios Centrais, laboratórios públicos do Estado, que estão em todas as microrregiões gratuitamente. Então, há um investimento muito forte com relação a isso.

A política compartilhada com os Municípios é fundamental, porque o Município é que é presencial, é que tem a política de atenção mais próxima, nesse sentido. Não sei lhe dizer — nem ousar lhe dizer — que o Estado do Ceará possa ter o melhor investimento orçamentário e de execução nesse sentido, mas vou passar para a senhora, para formalmente dizer quais são as previsões orçamentárias, tanto no Plano Plurianual de investimentos quanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LDO, e qual a execução.

Das políticas transversais, já coloquei aqui que há uma boa atuação. Na política e no plano consolidado, vou determinar à SEPLAG, Secretaria de Planejamento, que possa passar para a CPI, com detalhes, com relação a isso. Mas posso dizer — e ousar dizer, em nome do Governador Cid — que o Governador com certeza, no Estado, será protagonista dessas grandes mudanças que a CPI, depois de consolidar a audiência, de ouvir, de dialogar, de promover esse diálogo social no Brasil como um todo, possa promover.

Pode contar com o Estado do Ceará; pode contar com o Governador Cid para ser um dos protagonistas dessas mudanças. Se vocês quiserem um exemplo no Brasil, tragam esse desafio, que o Governador o abraçará. Não tenho nenhuma dúvida, porque é assim em todas as políticas, mesmo sabendo, naturalmente, do tamanho das limitações. É evidente que as limitações são tantas. Não existe nada que... Não existe o Estado ideal, a não ser como utopia. Mas nós temos que pensar nesse Estado ideal; nós temos que sonhar com isso. Se a gente não sonhar, não vamos chegar lá. Se vocês não estivessem trabalhando, se vocês não estivessem chegando aqui para dizer para a minha querida amiga Governadora: "*Governadora, os dados, Governadora. Você não pode dar agora?*"... Estariam na mão.



“Governadora, nós precisamos dos dados, senão nós vamos ter que lhe convocar para vir para cá.” É claro, a CPI tem prerrogativa e deve fazer assim. Eu acho que não vai ser necessário que o Ceará seja convocado, não. (Risos.) Nós vamos mandar isso, os grandes eventos.

Além disto aqui, nós temos também o Centro de Eventos e Feiras, que é um equipamento também que... Acho que vocês já o visitaram. Foi inaugurado agora. Para quê? Para trazer o turismo de negócio. Nós só perdemos para o Rio Centro, em tamanho. E aí, o mais moderno! Vamos ter esses eventos e, naturalmente, todo um conjunto de políticas para combater essa questão, que sabemos que é muito dramática para a sociedade.

Então, é um privilégio grande recebê-los. Acho que, mesmo que em tese, devo ter respondido ao que vocês solicitaram.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós queremos parabenizá-lo pelas ações que já foram encaminhadas. É importante que nós possamos ter o recorte específico, porque é importante que tenhamos a política de creche, a política de educação, como aqui já foi colocado, mas é importante que nós tenhamos uma política específica. Existe um fenômeno que representa uma série de outras discriminações e desigualdades, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes, que precisa ser visibilizado. Estamos falando de PSF e atenção básica. PSF é um instrumento importante para que você possa acolher essa família, mas para isso é importante ter o recorte específico, que se estabelece com o plano. O plano dá um recorte específico ao combate ao trabalho infantil. A exploração sexual é uma forma de trabalho infantil, considerada das mais degradantes, pela OIT — é das mais degradantes, entre outras. Portanto, nós estamos aguardando que vocês façam essa atualização do plano. O plano existe há mais de 10 anos; segundo a informação do Prof. Joatan, teria mais que 10 anos. Como é que o recorte do enfrentamento da exploração sexual se cola nas políticas de saúde, nas políticas de educação? Nós temos, por exemplo, o projeto do ViraVida, do SESI, que indica isso. Os adolescentes têm uma bolsa, têm uma profissionalização, têm isso. Como é que você estabelece esse recorte, para tenha uma política de enfrentamento?





É óbvio que as políticas são transversais e, sem transversalidade, a gente não consegue avançar em nada, porque significa a intersectorialidade, mas há a importância de que tenhamos isso. Por exemplo, falando da Copa, ter um centro de capacitação é importante, capacitar para línguas, enfim, para a infraestrutura profissional necessária para que você possa atender bem ao fluxo de turistas, mas é preciso que tenha um recorte de enfrentamento à exploração sexual, em todas as políticas. É preciso haver esse recorte inclusive na preparação para a própria Copa. Então, a gente sugere que o Estado possa incorporar isso na preparação da Copa, nos PACs.

Essa discussão, a gente está fazendo com Rondônia, que recebeu duas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, mas está havendo obra do PAC em todas as Unidades da Federação, praticamente, e algumas obras também relacionadas à Copa.

O que a gente busca? É que tenhamos o licenciamento de instalação, que é socioambiental — você vai ter licenciamento socioambiental, a legislação já prevê isso —, só que ninguém se lembra do social, via de regra. Você lembra muito o ambiental, até porque a sociedade já legitimou a defesa do meio ambiente e há estruturas como o CTNBio, o IBAMA, as estruturas locais, enfim. Então, o que a gente gostaria é que houvesse também premissas a serem estabelecidas na implementação dessas obras e que o Estado, que tem essa preocupação e que tem avançado na construção de políticas públicas eficazes, possa ter esse recorte também e possa trabalhar com isso nas grandes obras, nos grandes eventos e nas políticas públicas em geral. Acho que aí a gente consegue avançar.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Governador, como foi bem colocado pela nossa Presidente, no recorte vocês têm um trabalho bonito nessa questão até da profissionalização. Isso é muito importante, porque para tirar o jovem da rua, da ociosidade, você tem que dar uma profissão. E também há a questão do primeiro emprego, porque não adianta dar profissão e não ter onde colocar esses jovens, porque, se não, as meninas vão continuar fazendo programas porque não têm como levar o sustento para sua casa. Onde entra esse trabalho da prevenção da exploração sexual?



Como disse o Padre, aqui, tivemos denúncias dos voos *charter*, que continuam acontecendo, e das boates. Eles já chegam com esses voos já traçados diretamente para essas boates daqui. O que acontece? Nós precisamos de campanhas de prevenção, precisamos que isso seja falado nas escolas, como a Deputada Fernanda bem colocou. Precisamos de uma resposta para esses programas que ela solicitou, pois é fantástico isso dentro das escolas, conscientizar os pais. Precisamos de campanhas educativas, porque isso aí está muito bonito. Eu achei fantástica a saúde, aqui, o que o senhor falou, achei fantástico, mas isso tem que ser aplicado na educação das nossas crianças dentro das escolas, na educação dos pais, na conscientização das famílias porque, se não, não vai acontecer nada. É pegar isso tudo que está acontecendo aqui e levar lá, para o interior, aonde não chega a informação, onde pais continuam abusando de crianças, onde o avô quer sexo com a neta, o pai quer ter sexo com a filha. É a esses lugares que tem que chegar a informação, senão não vamos avançar. É aí que eles pegam as crianças, que estão lá na extrema pobreza. É preciso detectar essas famílias que estão em extrema pobreza, vivendo à margem da fome, da miséria. É preciso detectar essas crianças e fazer um trabalho voltado para tirar essas crianças da extrema pobreza e colocá-las ou inseri-las nesses programas que vocês estão fazendo, e fazer campanhas. É preciso colocar essas crianças dentro da creche, das escolas, e trabalhar com essas famílias pobres lá do interior, porque, senão, elas vão continuar na exploração, elas vão continuar sendo vítimas desses exploradores, e nós não vamos avançar. Então, é este o pedido que faço: campanhas educativas.

O Ceará pode avançar muito nisso. A Ministra Maria do Rosário tem um trabalho fantástico. O Estado pode fazer até um convênio com o Governo Federal, com relação a isso. Pode-se fazer um trabalho fantástico em relação a essas coisas e levantar a bandeira de o Ceará, principalmente na Copa, não aceitar esse tipo de turismo aqui, em Fortaleza. E nos hotéis, como foi falado — tanto é que foi pego esse senhor com cinco adolescentes —, porque os hotéis não estão mais pedindo documentação; então, a fiscalização está deixando falha. Tem que marcar mais em cima desses hotéis, chamar o setor hoteleiro para conversar, fazer uma reunião e mandar ver, porque vai chegar a Copa do Mundo e eles vão arregimentar mais crianças. Vai acontecer como aconteceu na África — ela estava falando bem sobre



isso ontem na CPI. Vai acontecer: vão ficar mais crianças expostas à exploração sexual, porque esse é um mercado lucrativo, e nós sabemos disso.

Então, é esse o pedido que nós fazemos.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Todos esses indicadores que foram ditos aqui pelo Governador, esses indicadores demoram realmente, mas vão mudar — e já estão mudando — o perfil do Ceará, por todos esses programas. Mas nos interessa agora, quando você fala no programa pontual da nossa preocupação, Governador, pontualmente agora, para o processo da Copa do Mundo e para as obras da Copa.

E há outra coisa: esse senhor que entrou com essas crianças, ele simplesmente disse na portaria que ele queria pernoitar, não tinha encontrado nenhum local. Não olharam nem as crianças que estavam dentro do carro! Ele falou, elas se abaixaram. Ele falou lá, no motel, e entrou com as crianças.

Então, eu acho que o nosso Secretário de Turismo poderia fazer um trabalho, uma avaliação maior disso aqui, agora, neste período, para que a gente pudesse ter mais um pouco de tranquilidade nesse período.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - Seria importante, Vice-Governador, que se fizesse... No caso, vocês gastam dinheiro com propaganda institucional. É importante gastar esse dinheiro também com propaganda nessa área das crianças, das mulheres violentadas.

O senhor falou nas delegacias, mas nós temos aqui uma Delegacia da Mulher — só aproveitando a oportunidade — que está em péssimas condições e ainda é alugada. Quer dizer, com tantas delegacias novas...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - É por isso que eu estou falando logo, Deputada Gorete, porque vai sair agora em agosto.

Então, a minha preocupação, a nossa preocupação, é esta: uma delegacia que fosse... Tantas delegacias bonitas foram construídas, agora a nossa, a da mulher, não temos. Está em péssimas condições.

Na Assembleia, dei entrada agora a um programa de pais exatamente para instituir a escola à noite para os pais terem uma noção de tudo do filho: a questão das drogas, a questão da educação, de como lidar, também nessa parte de



violência, com a criança quando esta chegar em casa, com as atitudes dos filhos. Porque hoje em dia os pais não têm mais condições de...

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Maracanaú está fazendo isso. É a Universidade sem Fronteiras.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - A nossa é a Universidade Operária.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Sim, Universidade Operária.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - Isso é só para os pais, para a questão da educação com os filhos, Deputada Gorete.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Exatamente, mas diga aí da Universidade Operária.

**A SRA. FERNANDA PESSOA** - Nós temos uma Universidade Operária que é para a mãe ou o pai que não tiveram condições de ter o primeiro grau ou o segundo grau, ou os dois, para eles terem o curso. Eles ganham uma bolsa de 300 reais. E ali têm o curso profissionalizante, ou de bombeiro ou de carpinteiro... Alfabetiza e vai até o primeiro e o segundo graus.

Obrigada.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - Bem, quero agradecer. É evidente que o objetivo final é definir um plano específico de atuação, claro, esse é o fundamental. Eu coloquei aqui, vou encaminhar... Aliás, a CPI também, se desejar, para além do que nós vamos encaminhar, se pode fazer a solicitação especificação para que o Governador possa fazê-lo, mas eu coloquei aqui: encaminhar os elementos do Plano de Combate à Exploração, o que efetivamente o Estado está fazendo, vai fazer, prazos, prazos... Enfim, pois é, que está sendo atualizado. O Orçamento e a execução orçamentária. Qual a política para a prevenção, em que pese a questão dos grandes eventos, Copa, PAC?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Grandes eventos e grandes obras.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - É. Grandes eventos e grandes obras. Eu botei aqui PAC, Copa, PECEM, tal. Que campanhas está adotando ou a adotar, campanhas específicas de prevenção, de propaganda, de mídia? Já existem algumas, mas, enfim, nós vamos mostrar porque já... Ainda timidamente, mas existem, sim. E quais são os projetos específicos, porque não



estão todos aqui para poder lhes dizer, naturalmente aqueles que me vieram à cabeça agora, mas eu vou colocar quais são os projetos específicos da Secretaria de Assistência social, enfim, como é uma política transversal na questão da Defensoria, que foi dito aqui. Também a Defensoria. Tanto a Defensoria, como o Ministério Público, como o Poder Judiciário, todos eles, no mínimo, entre 30 a 50, e alguns deles 100%, se dobrou o número. Na verdade é que a demanda é muito grande, está certo? Pois é, porque, na verdade, a demanda é muito grande, está certo? E a gente sabe que esse aí é um problema sério. Por exemplo, o número de Desembargadores aqui aumentou, dobrou nessa última quadra — de Juízes também. Aí vem lá, aí começam a fazer promoções, fazem promoções, fica sem juiz lá embaixo. Então, é também uma administração que não é só do Poder Executivo, é administração do outro Poder, a ser administrada. Mas é isso, são problemas que nós temos que reconhecer que tem e, ainda mais, determinar a enfrentá-lo. Então, eu quero agradecer aí a...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E sobre uma última coisa diz respeito ao Conselho, não é? Você tem o Conselho de Defesa de Direitos, que é um Conselho paritário. Você tem ele em esfera municipal, estadual e federal. E é muito importante valorizar o Conselho, porque o Conselho significa a participação da sociedade civil paritariamente, que está, muitas vezes, executando as políticas públicas ou fiscalizando, ou elaborando, ou pensando.

E esses instrumentos que envolvem a sociedade civil, que implicam em controle social, acho muito interessante. Nós estamos lutando para fazer isso em Brasília, a corregedoria independente das polícias. Acho que é fundamental, nós estamos defendendo isso em vários locais do País, e eu acho... Eu queria lhe parabenizar por isso, porque é fundamental para que você possa ter uma apuração isenta das violações de direitos, da queixas, e não caia no sentimento de defesa própria ou de autodefesa, que é o corporativismo.

Então, portanto, essa questão do Conselho, eu queria que o senhor pudesse responder sobre isso, como está funcionando, o que... Avivar os Conselhos, porque eles são instrumentos de elaboração de políticas, de fiscalização e, em grande medida, as entidades também executam, a representação do Estado e as próprias entidades.



E o estímulo, que é um pouco da discussão que a gente fez no Rio Grande do Norte também, é o estímulo a que vocês pudessem estar periodicamente conversando com... aqui tem um Fórum de Enfrentamento à Exploração Sexual. Então, era muito importante que o Executivo, alguém do Executivo, eu não sei, lá no Rio Grande do Norte era a Secretaria de Governo que fazia esse diálogo do Executivo com o Fórum, que são os representantes da sociedade civil, mas é muito importante que haja o hábito de... uma forma de funcionar que haja periodicamente as discussões com a sociedade civil para que você possa, sociedade civil, Parlamento, enfim, para que você possa estar corrigindo rotas, vendo qual é a angústia, qual é a... o que deve ser potencializado, o que deve ser enfrentado, enfim.

Eu sugeriria isso, que o senhor pudesse me responder sobre o Conselho, posteriormente, como está o funcionamento. E essa coisa que o Rio Grande do Norte e na Paraíba... Eles têm a disposição de implementar de tempos em tempos, 6 em 6 meses, eu não sei qual seria o tempo, o representante que o Estado aqui, ou Secretaria de Assistência, depende do lugar, Secretaria de Direitos Humanos, não sei, cada um tem o seu representante para fazer esse diálogo, a sua estrutura de Estado, e pudesse fazer esse diálogo com o fórum, com a sociedade civil, porque eu acho que ajuda bastante.

Mas eu queria lhe agradecer, em nome de toda a Comissão, a oportunidade de estar aqui, lhe parabenizar pelas medidas que foram tomadas, dizer que nós ansiamos para que elas possam estar com esse recorte específico, porque, como disse a Deputada Gorete, obviamente que as políticas universais, em um período dado, se elas forem eficazes, elas vão romper com essa situação de exploração sexual.

Mas, se você faz o recorte, você faz inclusive com que o Ceará seja exemplo. O Ceará tem uma militância grande, pela Deputada Patrícia Saboya, mas não só, pelos movimentos das câmaras, da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa, tem uma militância grande, inclusive da sociedade civil... tem uma militância, tem uma história de enfrentamento, de militância e de envolvimento do Parlamento, enfim, no enfrentamento da exploração sexual — do Judiciário.



Tem coisas que são únicas, que essa Vara, a 12ª, que é específica em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, que tem uma amplitude apenas do Município, mas que é única, eu acho, é única. E acho que é a única delegacia que tem esse nome de ESCA, ou seja, DCECA, e que ela fala especificamente em exploração sexual, embora ela também lide com outras formas de violação.

Então, eu acho que a gente pode, no Ceará, por tudo isso, pelas condições objetivas e subjetivas, a gente pode ter como exemplo de enfrentamento da exploração sexual para o Brasil inteiro. Eu acho, acredito que isso é possível. E é por isso que nós estamos aqui nessa perspectiva também de fazer o diagnóstico sempre na perspectiva de superar as violações e não de mergulhar no lamento ou mergulhar na precariedade, mas constatar a precariedade para superá-la.

E queria lhe agradecer, então, a oportunidade que tivemos aqui, nesta manhã, de estamos conversando sobre as políticas. E estamos no aguardo, então, nos próximos 15 dias — pode ser? —, nos próximos 15 dias, de receber as informações. *(Risos.)*

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** – Deixa eu lhe dizer...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Diga, diga qual é o prazo que...

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - Eu acho que sim. Vou passar aqui para as secretarias específicas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - No começo de agosto, né?

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - ...para que se possa...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - *(Ininteligível)* vai ter o recesso aí.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - Bom, mas, mesmo assim, eu vou procurar já hoje diligenciar. Eu quero agradecer...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Um minuto aqui, porque eu queria fazer uma justificativa. O nosso João Ananias pediu-me, especialmente, para nós justificássemos aqui a ausência dele, porque ele tinha um projeto a ser defendido na Câmara dos Deputados. Ele viajou ontem, à noite.

Mas para que fique registrado que ele também participa, faz parte da CPI e é um membro ativo. E ele então pediu-me, e aqui eu queria fazer esse registro.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É, esteve conosco durante todo o dia ontem o Deputado João Ananias, e realmente se justificou.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - Bom, queria agradecer para falar só sobre os Conselhos e essa abertura. Esse diálogo social é realmente uma prática do Governo Cid Gomes — a Deputada aqui faz parte do Conselho e sabe disso. O Conselho se reúne... Todos os Conselhos se reúnem com regularidade aqui, todas as quartas-feiras, e não são Conselhos de faz-de-conta. E é isso que dá a importância nesse sentido.

Eu digo sempre com o Cid que nós somos discípulos de Santo Agostinho: prefiro o que me critica e me corrige do que o que me bajula e me corrompe. (*Risos.*) É melhor. É dentro desse diálogo que se saem as soluções.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - É, pode dizer que é o nosso grande orientador.

É que efetivamente isso já é uma prática aqui. Nós temos aqui sabe o quê? Uma Mesa permanente, uma Mesa permanente, que o Governador, por lei, para diálogo com os servidores, com todas as categorias. Mesa permanente, o que se tem. Então...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Faça uma Mesa permanente para discutir os problemas das crianças com a sociedade civil.

**O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO** - É o que eu estou falando... o conselho... Por isso que eu estou dizendo. O que foi que eu disse para a senhora? Vocês querem trazer um desafio desse conjunto de propostas que vocês vão... Naturalmente isso vai terminar em quê? Em um conjunto de medidas coercitivas para poder punir os excessos, os crimes terríveis que estão acontecendo no Brasil, e um conjunto de iniciativas propositivas para uma política pública nacional e tal, ou não é?

Eu estou dizendo: quando apurar isso aí, volte aqui com os nossos Deputados. Eu vou dizer isso aqui ao Governador, e podem ter certeza de que vocês vão encontrar no Governador Cid um gestor que abraçará essa causa, abraçará essa causa. Então, eu vou dizer a ele de como foi todo esse nosso diálogo,





e tenho certeza de que o Governador Cid se empolgará em poder contribuir com isso.

Então, muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, com essas palavras, declaro encerrada a presente audiência com o Governador em exercício, Domingos Gomes de Aguiar Filho.